

A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS CULTURAIS PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM

Renata de Almeida Oliveira¹

Ariana Rabelo de Almeida²

Resumo

Este artigo apresenta um recorte do projeto de Doutorado "A interseção da Cultura, Educação e Políticas Públicas: Impactos das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo na Formação Cultural e Educacional em escolas públicas de Duque de Caxias/RJ, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Humanidades Culturas e Artes - PPGHCA da Universidade Unigranrio| Afya, que se encontra em andamento. Pretende-se refletir sobre a estreita relação entre cultura e educação, destacando as contribuições dos projetos culturais quando integrados ao ambiente formal de aprendizagem, tendo como base a Lei Paulo Gustavo fomentada pelo Ministério da Cultura e pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Duque de Caxias. A cultura, entendida como um conjunto dinâmico de saberes, costumes, valores e práticas, está diretamente vinculada ao processo educativo, que não apenas transmite conhecimento, mas também atua como um agente de transformação e preservação cultural. Nesse sentido, explorar essa conexão é fundamental para compreender como a educação pode desenvolver a vivência cultural dos estudantes e promover a diversidade.

Palavras-chave: *Políticas Culturais, Lei Paulo Gustavo, Lei Aldir Blanc, Educação e Cultura.*

Abstract

This article presents an excerpt from the doctoral project "The Intersection of Culture, Education, and Public Policies: Impacts of the Aldir Blanc and Paulo Gustavo Laws on Cultural and Educational Formation in Public Schools in Duque de Caxias/RJ," developed within the framework of the Postgraduate Program in Humanities, Cultures, and Arts - PPGHCA at Unigranrio|Afya University, which is

¹ Doutora em Memória em Memória Social. Docente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio (PPGHCA/UNIGRANRIO).

² Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Humanidades, Culturas e Artes.

ongoing. The aim is to reflect on the close relationship between culture and education, highlighting the contributions of cultural projects when integrated into the formal learning environment, based on the Paulo Gustavo Law, promoted by the Ministry of Culture and the Municipal Department of Culture and Tourism of Duque de Caxias. Culture, understood as a dynamic set of knowledge, customs, values, and practices, is directly linked to the educational process, which not only transmits knowledge but also acts as an agent of transformation and cultural preservation. In this sense, exploring this connection is essential to understand how education can develop students' cultural experience and promote diversity.

Keywords: Cultural Policies, Paulo Gustavo Law, Aldir Blanc Law, Education and Culture.

Introdução

A partir das discussões sobre os temas Educação e Diversidade Cultural e O que é Cultura, este estudo amplia as reflexões sobre costumes, concepções e transformações que ocorrem, sobretudo, no contexto escolar, espaço onde diferentes identidades e expressões culturais se encontram e se cruzam. A escola, enquanto espaço de socialização e construção do conhecimento, exerce um papel fundamental na valorização e na reinterpretação das práticas culturais, colaborando para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Aliado ao tema explicitado, este texto assume como objetivo categorizar os projetos culturais contemplados pelo Edital nº 04/2023³, que foram executados para estudantes de algumas escolas⁴ públicas municipais de Duque

³ Edital de chamamento público para estabelecer os critérios e a seleção de projetos na área das artes e cultura, exceto de Audiovisual para pessoas físicas, residente e/ou atuantes no município de Duque de Caxias com recursos da Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo). Disponível em < [Edital-04---2023_67kvtggb.pdf](#) > acesso em 16/11/2024.

⁴ As escolas contempladas para a execução da contrapartida dos projetos culturais está disponível no anexo IX do Edital Nº 04/2023 e no endereço eletrônico < [Duque de Caxias](#)>, acesso em 16/11/2024. A indicação da escola ficou a critério do produtor

de Caxias/RJ, identificando como esse “cardápio cultural⁵” pode incentivar a criatividade, fomentar o respeito à diversidade e ampliar o repertório cultural.

Por meio de práticas culturais integradas ao currículo, é possível transformar o ensino-aprendizagem em uma experiência impulsionadora e significativa, conectada às múltiplas realidades dos alunos, fortalecendo a construção de uma educação mais inclusiva e plural.

Breve histórico das políticas culturais no Brasil após a redemocratização

O histórico das políticas culturais no Brasil reflete a evolução das ações públicas voltadas para a valorização e o fomento à cultura, com uma trajetória marcada por marcos legais e transformações significativas. A partir da Constituição de 1988, as políticas culturais passaram a ser vistas como um direito fundamental, promovendo a diversidade cultural e a participação da sociedade nas decisões sobre o setor. A Constituição de 1988 estabelece, em seu artigo 215, que o Estado deve assegurar o pleno exercício dos direitos culturais, destacando a cultura como um bem de todos e sua preservação como responsabilidade pública.

Com a Constituição, o Brasil vivenciou um momento de grande abertura política e social, em que a gestão cultural passou a ser orientada pela promoção da identidade e da cidadania, com o reconhecimento da diversidade cultural. No entanto, um marco importante foi a criação da Lei Sarney, em 1986, que instituiu os primeiros incentivos fiscais à cultura no Brasil. Essa lei permitia que empresas e pessoas físicas deduzissem parte do Imposto de Renda para financiar projetos culturais, embora sua execução tenha sido limitada. Foi um avanço inicial, mas com impactos modestos.

Em 1985, durante o governo do Presidente José Sarney, foi criado o Ministério da Cultura. Dentro dos órgãos que compunham a Secretaria de Cultura muitos eram de opinião de que mais valia uma secretaria forte que um ministério fraco. Um dos maiores defensores dessa idéia

cultural, uma vez selecionada, era realizado um agendamento com a unidade escolar para a execução das produções.

⁵ Expressão apresentada pela autora para elucidar a diversidade de projetos culturais que foram recebidos para análise na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias.

foi Aloísio Magalhães, que havia falecido em 1982. Logo de início o Ministério enfrentou muitos problemas, tanto de ordem financeira como administrativa. Faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura. Ocorreu também um processo de substituição contínua na chefia da pasta. José Aparecido de Oliveira foi nomeado Ministro da Cultura, logo substituído por Aluísio Pimenta, que por sua vez passou o cargo, em 1986, para Celso Furtado. Na tentativa de criar novas fontes de recursos para a impulsionar o campo de produção artístico-cultural foi promulgada a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura. A Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, que ficou conhecida como Lei Sarney. O objetivo era o de buscar superar as dificuldades financeiras que o campo da administração pública federal da cultura sempre enfrentou. O orçamento ficava em grande parte comprometido com a administração do Ministério e de seus órgãos vinculados. A criação do novo Ministério acabou por significar um menor aporte de recursos financeiros para a área. Diferentemente da educação a cultura não conseguiu criar um fundo que não sofresse cortes orçamentários. (CALABRE, 2007, p. 5-6)

A verdadeira transformação no incentivo fiscal à cultura veio com a criação da Lei Rouanet, em 1991. Criada no governo Collor e mantida durante o governo Fernando Henrique Cardoso, essa lei criou o Sistema de Incentivo à Cultura, permitindo que empresas e cidadãos financiassem projetos culturais com deduções fiscais significativas. Apesar de sua importância para o setor, a Lei Rouanet sempre foi alvo de críticas, principalmente por beneficiar grandes empresas e projetos de artistas renomados, em detrimento de iniciativas culturais menores e mais locais.

Nos anos seguintes, as políticas culturais continuaram a se expandir, mas foi a Lei Aldir Blanc, sancionada em 2020, que teve um impacto decisivo, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19. A crise sanitária global afetou diretamente a economia e a produção cultural no Brasil, e a Lei Aldir Blanc surgiu como uma resposta emergencial. Ela destinou recursos para trabalhadores da cultura, além de transferir verbas para estados, municípios e o Distrito Federal, a fim de apoiar espaços culturais e promover a manutenção de atividades culturais em um momento de grande incerteza.

A Lei Aldir Blanc (LAB) foi uma resposta da sociedade brasileira ao impacto da pandemia de COVID-19 no setor cultural. Sancionada em junho de 2020 (Lei nº 14.017), ela determinou repasse de R\$ 3 bilhões a estados, municípios e Distrito Federal, destinados a três eixos de atuação. O primeiro trata da renda emergencial para trabalhadores da cultura como objetivo de apoiar

profissionais da cultura, que tiveram suas atividades interrompidas pela pandemia. O segundo é voltado à manutenção de espaços culturais prejudicados com interrupção de atividades por causa da pandemia. E, por fim, o terceiro eixo é destinado ao apoio de projetos culturais que foram impactados pelas restrições impostas pelo período.

Em 2021, ela foi prorrogada por meio da Lei nº 14.150, que ampliou o prazo para utilização dos recursos e estendeu o auxílio emergencial aos trabalhadores da cultura. (Ministério da Cultura, 2024)

A Lei Aldir Blanc não foi apenas uma medida de socorro temporária, mas também um exemplo de como políticas públicas podem ser adaptadas às necessidades do setor. A sua implementação foi descentralizada, permitindo que os recursos chegassem rapidamente às diversas partes do Brasil, onde as realidades culturais variam de acordo com as particularidades locais. O apoio aos espaços culturais, que enfrentaram enormes dificuldades financeiras durante a pandemia, foi um dos pilares dessa ação emergencial.

Em 2022, o Brasil deu outro passo importante com a criação da Lei Paulo Gustavo. Semelhante à Lei Aldir Blanc, a Lei Paulo Gustavo também surgiu como resposta aos impactos da pandemia, mas seu foco foi voltado para o setor audiovisual. A lei destinou recursos para a produção e distribuição de filmes e vídeos, apoiando a cadeia produtiva do audiovisual e oferecendo um auxílio crucial para cineastas, técnicos e outros profissionais do setor. A criação dessa lei destacou a importância da cultura audiovisual no Brasil, que, assim como outros segmentos culturais, sofreu grandes perdas durante a crise. “A Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022) representa o maior investimento direto já realizado no setor cultural do Brasil e destina R\$ 3,862 bilhões para a execução de ações e projetos culturais em todo o território nacional”. (Secretaria de Comunicação Social, 2024)

Além das leis de incentivo fiscal e emergenciais, um dos maiores avanços nas políticas culturais brasileiras foi a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), em 2010. Com a Lei nº 12.343, o SNC foi criado com o objetivo de organizar e articular as políticas culturais em todo o território nacional, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal. O sistema busca promover uma gestão descentralizada e participativa, garantindo que as políticas culturais sejam implementadas de maneira integrada e que envolvam todos os níveis de governo e a sociedade civil.

A criação do SNC permitiu que as políticas culturais ganhassem maior coesão e articulação entre os diversos entes federativos. Ele estabelece uma rede de cooperação entre os governos e as sociedades locais, garantindo que as ações culturais estejam de acordo com as necessidades de cada região. Além disso, o Sistema Nacional de Cultura também permitiu o fortalecimento do Plano Nacional de Cultura (PNC), criado para traçar diretrizes e metas para o setor cultural nos próximos anos, com o objetivo de construir uma política cultural de longo prazo no Brasil.

O Plano Nacional de Cultura (PNC), aprovado em 2010, define um conjunto de metas a serem alcançadas até 2020, sendo uma das principais ferramentas para a implementação de políticas públicas culturais. A partir do PNC, as ações culturais passaram a ser orientadas por um planejamento de longo prazo, envolvendo a participação da sociedade civil na construção e monitoramento das metas estabelecidas. Essa participação é uma característica essencial das políticas culturais no Brasil, que buscam garantir a inclusão e a diversidade.

A Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foi uma extensão da Lei Aldir Blanc, buscando organizar e estruturar de maneira mais duradoura o apoio à cultura no Brasil. A PNAB não apenas atendeu à emergência causada pela pandemia, mas também estabeleceu uma base para o fortalecimento de políticas culturais em nível local, considerando as diferentes realidades do país. Com isso, a relação entre a Política Nacional Aldir Blanc e o Sistema Nacional de Cultura ficou evidente, pois ambos buscam integrar as ações culturais e garantir que as políticas cheguem aos públicos mais necessitados e menos atendidos.

Com a criação do Sistema Nacional de Cultura, o Brasil deu um grande passo em direção à democratização da gestão cultural. A ideia central do SNC é descentralizar as ações culturais, promovendo uma gestão que leve em consideração as especificidades locais e regionais. Esse modelo também reflete a política de democratização do acesso à cultura, promovendo a inclusão de diversas manifestações culturais em todas as regiões do país.

A Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo foram decisivas nesse processo, pois, além de serem respostas urgentes às crises da pandemia, também

funcionaram como instrumentos de fortalecimento da cultura no Brasil. Através dessas leis, o governo foi capaz de transferir recursos diretamente para os municípios e estados, com um foco claro em apoiar os trabalhadores da cultura e os espaços culturais que enfrentaram sérios desafios financeiros.

A relação entre o Sistema Nacional de Cultura e as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo também ilustra o processo de integração entre diferentes esferas de poder. Essas leis foram implementadas em um contexto em que a descentralização e a articulação com o SNC foram fundamentais para garantir que os recursos chegassem rapidamente aos lugares mais necessitados. O SNC, ao integrar as esferas de governo e a sociedade civil, foi crucial para que essas políticas emergenciais fossem efetivas.

As políticas culturais no Brasil, com a integração do Sistema Nacional de Cultura e a criação de leis de incentivo e apoio, mostram que, apesar das dificuldades econômicas e políticas, o setor cultural brasileiro continua a ser um pilar fundamental para a construção da identidade nacional. A luta pela democratização do acesso à cultura e pela preservação da diversidade cultural do Brasil segue como uma das maiores prioridades no cenário das políticas públicas.

Relações entre educação e cultura

É substancial pontuar que quando falamos em educação em sua função social como direito público subjetivo, fazemos uma relação direta com o conceito de cultura que Santos (2006) nos apresenta ao caracterizá-la como tudo aquilo que representa uma população humana.

Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é "algo natural", não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade. Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. E uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma

parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade. Santos (2006)

Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há indivíduos isolados e engessados em suas identidades culturais.

Na modernidade tardia⁶ a educação, entendida aqui como processo social e cultural, está diretamente ligada à construção e reconstrução das identidades dos indivíduos, que se desenvolvem no contexto das interações humanas, Hall (2006). Nesse sentido, Munanga (2010) aponta para uma educação que promova a igualdade, a dignidade humana, o respeito as diferenças, a paridade entre mulheres e homens, a construção de uma sociedade e de uma cultura justa e pacífica. Assim, compreender o papel da cultura na educação é reconhecer a escola como um espaço de produção de significados e de trocas simbólicas, onde diferentes vivências culturais podem dialogar e se transformar.

Este estudo parte da premissa de que a educação, como afirma Freire (1979), não é um processo neutro; ao contrário, é profundamente moldada pelas realidades culturais e sociais em que está inserida. Assim, a integração de projetos culturais no ambiente escolar visa não apenas à transmissão de conhecimentos formais, mas também à promoção de uma experiência pedagógica que valorize a diversidade e fomente o diálogo intercultural.

Portanto, a relação entre cultura e educação é essencial para construir práticas que não apenas respeitem, mas celebrem a pluralidade cultural presente no cotidiano escolar. Essa abordagem reconhece que a educação tem o potencial de ir além da transmissão de conteúdos, tornando-se um meio de

⁶ O conceito de **modernidade tardia**, como apresentado por **Stuart Hall**, refere-se a uma fase da modernidade caracterizada por intensas transformações sociais, culturais e econômicas que desafiam os padrões e identidades tradicionais. Essa ideia está vinculada à noção de que, na modernidade tardia, as instituições e estruturas antes consideradas estáveis passam por profundas mudanças, afetando as formas como os indivíduos entendem a si mesmos e suas relações com o mundo.

transformação social, de ampliação de repertórios culturais e de fortalecimento da cidadania crítica.

Os projetos culturais no espaço escolar

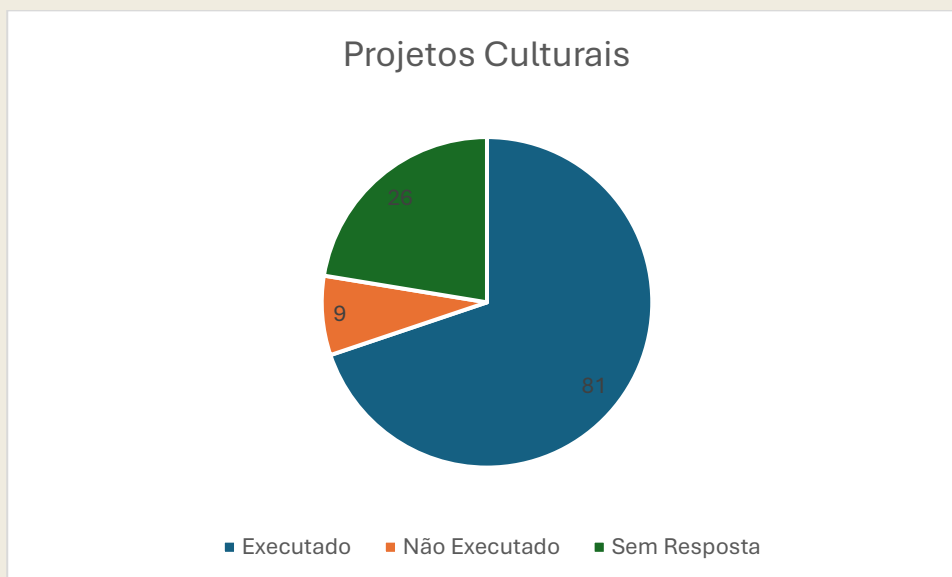
Os projetos culturais no espaço escolar permitem a valorização das práticas culturais presentes no cotidiano dos estudantes e suas comunidades. Essa integração enriquece o processo de ensino-aprendizagem, pois conecta os conteúdos escolares às vivências sociais e culturais, tornando-os mais próximos e acessíveis. A partir dessa perspectiva, o ambiente escolar deixa de ser um espaço isolado e se transforma em um local de trocas, onde a cultura dos alunos e da comunidade não apenas é reconhecida, mas também utilizada como base para a construção de novos saberes.

Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Diante dessa provocação, Freire (2002) nos convida a refletir sobre a íntima relação entre os saberes populares e suas intervenções nos processos formativos.

Essa intimidade a que o autor se refere, pode ser evidenciada na figura 1, que categoriza os cento e dezoito (118) projetos culturais, distribuídos e encaminhados para cinquenta e uma (51) unidades escolares. Trata-se aqui de um recorte dos projetos analisados, que foram indicados pela Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo do município de Duque de Caxias/RJ à Secretaria Municipal de Educação (SME), e direcionados às Unidades Escolares por meio de e-mail.

A primeira análise realizada mapeou o número de projetos enviados às unidades escolares e a execução desses projetos. Do total de 118 projetos encaminhados, 81 tiveram retorno positivo quanto à sua execução, 9 apresentaram resposta negativa, e 26 unidades não responderam se os projetos foram ou não implementados. Os canais utilizados pela SME para coletar essas respostas incluíram e-mails, formulários no Google Forms, ligações telefônicas e mensagens via WhatsApp. Os dados estão apresentados na Figura 1.

Figura 1: Quantitativo de Projetos Culturais



Fonte: Autor

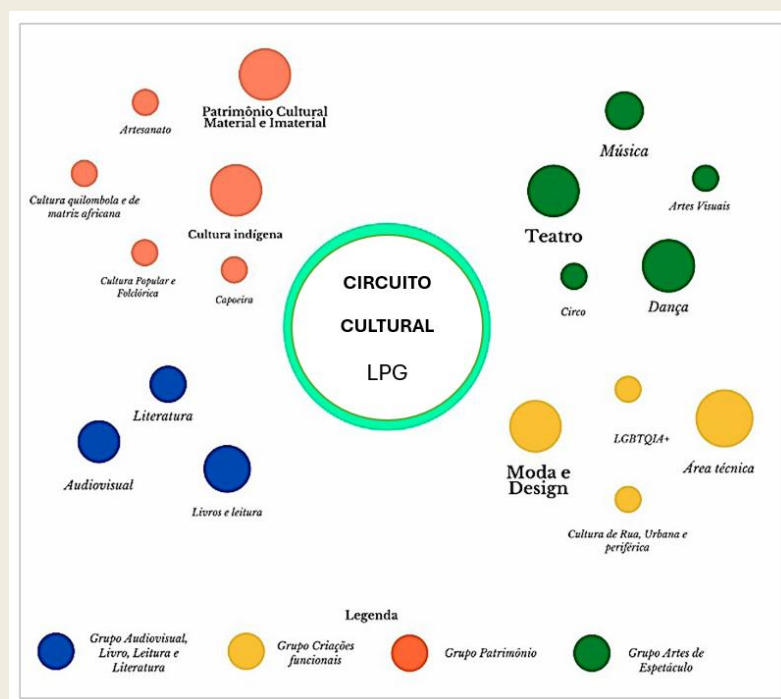
Após essa breve análise, os dados apresentados revelam uma lacuna na intencionalidade e no alcance da execução dos projetos. Apesar dos esforços realizados para coletar as respostas, o número de projetos efetivamente implementados poderia ser mais significativo, especialmente considerando que as unidades escolares estavam devidamente autorizadas a receber os produtores culturais e implementar os projetos, sem que isso causasse impedimentos ou perturbações na rotina escolar.

O segundo panorama apresentado, discorre sobre as categorias de manifestação cultural dos projetos indicados para execução. É importante ressaltar que apenas foram analisados os oitenta e um (81) projetos executados⁷, conforme informado acima. Sendo assim, a seleção dos grupos estabelece as seguintes áreas culturais: Grupo Audiovisual – Literatura, livros e audiovisual; Grupo Criações Funcionais – LGBTQIA+, Área Técnica, cultura de rua, urbana e periférica; Grupo patrimônio – cultura indígena, capoeira, cultura popular e folclórica, cultura popular e de matriz africana, artesanato; Grupo Artes

⁷ Os dados analisados foram retirados do link: <http://sistemaculturaduquedecaxias.com/gestao/itens/avaliar>, ao qual a autora tem acesso.

de Espetáculo – Circo, dança, música, teatro, artes visuais, assim categorizados na Figura 2.

Figura 2: Categorização das produções culturais



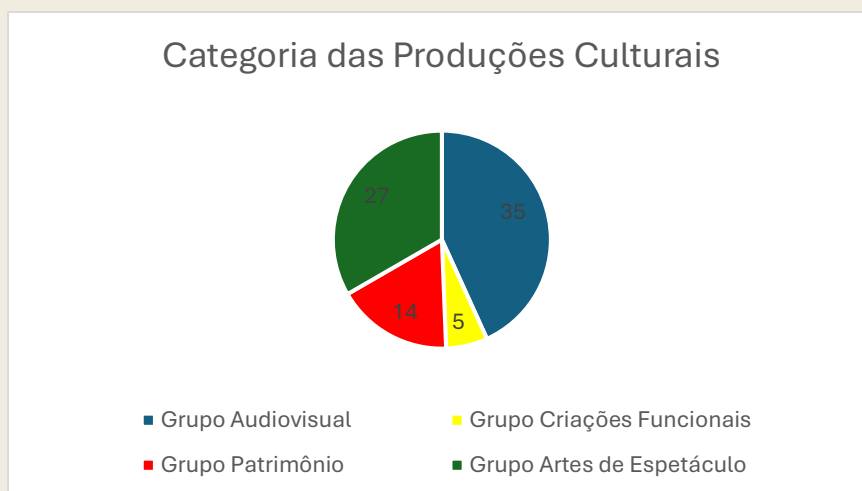
Fonte: Adaptado de Pacheco, (2024)

As produções culturais podem ser classificadas de diversas maneiras, dependendo do contexto em que são analisadas. A escolha da classificação a ser utilizada geralmente levou em consideração a diversidade de projetos apresentados, como é evidenciado na Figura 3. Esse processo de categorização se fundamenta na variedade de características das produções, que podem ser distintas em termos de formato, técnica, propósito e público-alvo. Em um cenário específico, a classificação selecionada reflete a necessidade de agrupar essas produções de maneira que possibilite uma compreensão mais clara e eficaz de sua multiplicidade.

A Figura 3, portanto, serve como ilustração dessa diversidade, demonstrando que os projetos culturais analisados são suficientemente diversos para que diferentes critérios de classificação possam ser aplicados, seja por

meio do tipo de mídia ou expressão, do objetivo cultural ou educacional, ou da abordagem estética e técnica adotada em cada projeto.

Figura 3: Categorização das produções culturais



Fonte: Autor

A inserção de manifestações culturais dentro do espaço escolar contribui para reflexões acerca das identidades, valores e desigualdades. Os dados acima demonstram uma maior inclinação para atividades que envolvam audiovisuais, música, dança e teatro.

Considerações Finais

A imersão dos projetos culturais no espaço escolar desempenha um papel fundamental ao integrar a diversidade cultural dos diferentes povos aos saberes acadêmicos. Essa integração é essencial, pois enriquece o processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os alunos se conectem com a riqueza de suas próprias culturas e com aquelas que são diferentes das suas. A presença de projetos culturais no ambiente escolar fortalece não só o aprendizado acadêmico, mas também a identidade e a cidadania dos estudantes, proporcionando uma formação mais crítica e criativa. Ao vivenciar diferentes formas de expressão cultural, os alunos têm a oportunidade de se tornar mais conscientes da pluralidade cultural do mundo ao seu redor.

Além disso, a inserção de projetos culturais nas escolas favorece a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e colaborativo. A diversidade de saberes culturais presentes nas escolas contribui para que os estudantes compreendam e respeitem as diferentes realidades sociais e culturais, o que é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e engajados. Tais práticas ajudam a moldar um espaço onde o diálogo entre as diversas culturas é valorizado, tornando a escola um ambiente de trocas enriquecedoras que ultrapassam os limites do currículo formal.

No entanto, os dados apresentados no estudo revelam que, apesar da relevância e do potencial dos projetos culturais, a execução das iniciativas ficou aquém do esperado. Das 51 unidades escolares inicialmente indicadas para a implementação dos projetos, apenas 42 realmente receberam e executaram as atividades propostas. Esse número, embora significativo, indica que uma parcela considerável das escolas não conseguiu concretizar os projetos culturais. Além disso, 9 escolas não responderam ou deram um retorno negativo, o que evidencia a dificuldade de engajamento de algumas instituições de ensino com as propostas culturais, um desafio que precisa ser compreendido e superado.

Essa realidade aponta para a necessidade de estratégias mais eficazes de mobilização e sensibilização junto às escolas e aos educadores, para que entendam a importância dessas iniciativas e se comprometam com a sua execução. A resistência ou a falta de interesse por parte de algumas escolas pode estar relacionada a diversos fatores, como falta de recursos, desconhecimento sobre os benefícios dos projetos culturais ou mesmo a sobrecarga de atividades pedagógicas. Assim, é imprescindível que haja um esforço conjunto entre as secretarias de educação, as comunidades escolares e os gestores culturais para que esses projetos sejam mais bem incorporados ao cotidiano escolar.

É importante destacar que, quando executados de maneira efetiva, os projetos culturais têm o potencial de transformar profundamente a relação dos estudantes com o saber. Através de atividades que envolvem arte, música, dança, teatro e outras formas de expressão cultural, os alunos não apenas aprendem conteúdo acadêmico, mas também desenvolvem habilidades sociais,

emocionais e cognitivas que são essenciais para sua formação integral. Além disso, o contato com diferentes manifestações culturais pode despertar nos estudantes um senso de pertencimento e identidade, ao mesmo tempo em que amplia sua visão de mundo, tornando-os mais abertos e empáticos.

A execução de projetos culturais nas escolas também fortalece os vínculos entre a instituição de ensino, os estudantes e suas comunidades. Muitas vezes, as escolas tornam-se espaços isolados da realidade local, e é justamente através da implementação de iniciativas culturais que é possível aproximar a escola da comunidade, promovendo a troca de experiências e o reconhecimento de saberes e práticas culturais. Essa aproximação fortalece a ideia de que a educação não está dissociada da vida cotidiana e das práticas culturais presentes nas comunidades.

Entretanto, os desafios mencionados não devem ser vistos como obstáculos insuperáveis, mas como pontos de reflexão e aprimoramento. A pouca adesão de algumas escolas aos projetos culturais pode ser encarada como uma oportunidade para repensar os métodos de engajamento e a forma como as propostas culturais são apresentadas. Tornar esses projetos mais atrativos e acessíveis, com a devida formação e apoio aos educadores, pode ser uma solução para ampliar a participação das escolas e garantir que mais estudantes tenham acesso a experiências culturais enriquecedoras.

Por fim, as reflexões sobre a relação entre cultura e educação ficaram evidenciadas pela diversidade de projetos executados, que mostraram como é possível fomentar o diálogo entre esses dois universos de forma profunda e transformadora. As experiências relatadas evidenciam que a cultura não deve ser vista apenas como um complemento extracurricular, mas como um elemento central no processo educativo. A integração da cultura no currículo escolar é uma estratégia poderosa para promover o desenvolvimento integral dos estudantes, formando cidadãos mais críticos, criativos e conscientes.

Portanto, é fundamental que políticas públicas e iniciativas educacionais continuem a incentivar e apoiar a inserção da cultura no ambiente escolar, como uma forma de democratizar o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento humano. A contínua promoção de projetos culturais nas escolas é uma maneira

eficaz de fortalecer a educação, tornando-a mais dinâmica, inclusiva e conectada com as necessidades e realidades dos estudantes e suas comunidades. A experiência cultural, quando vivenciada no espaço escolar, tem o poder de transformar não apenas o currículo, mas também as vidas dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo de forma mais integrada e consciente.

Em síntese, embora os projetos culturais ainda enfrentem desafios em sua implementação nas escolas, a sua importância para a formação de cidadãos críticos e criativos é indiscutível. É preciso, portanto, continuar a investir em iniciativas que promovam a cultura como um elemento fundamental na educação, para que todos os estudantes tenham a oportunidade de se envolver com a diversidade cultural e desenvolver competências que os tornem mais preparados para o futuro. O diálogo entre cultura e educação deve ser visto como um processo contínuo e necessário, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UfBa, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/handle/fcrb/451/Calabre%2c%20L.%20-%20Políticas%20Culturais%20no%20Brasil?sequence=2&isAllowed=y>
Acesso em: 27.fev.2025

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12.^aed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALL, S. **Identidade cultural e diáspora**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, 1996, p. 70-71.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIDALGO, Kênia ribeiro da Silva. **Relações entre cultura e educação escolar: concepções e práticas de professores do ensino fundamental/Tese (doutorado)** – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2016. Acesso em <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3530>>

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Secretaria de Comunicação Social. Governo Federal. **Lei Paulo Gustavo**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/lei-paulo-gustavo> <Acesso em: 25.fev.2025>

Ministério da Cultura. Governo Federal. **Política Nacional Aldir Blanc**. Um marco para a cultura brasileira. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lei-aldir-blanc-um-marco-para-a-cultura-brasileira> <Acesso em: 27.fev.2025>

MUNANGA, Kabengele. **Educação e diversidade cultural**. Cadernos Penesb.

PACHECO, Adriano Pereira de Castro. **A imaginação move a cidade: o papel da Lei Aldir Blanc nas iniciativas de cultura e economia criativa em Campo Grande, MS**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 24, n. 3, p. 1057-1071, jul./set. 2023. Acesso em 19/11/2024 <scielo.br/j/inter/a/Kpx6Xpkd7T8bG8WvTpNNV/kM/?format=pdf&lang=pt>